

**ATA DA 393ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CEPRAM**

No dia 29 de setembro de 2017, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 393ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1. Análise do Processo nº1420170018560 - Alteração da Resolução CEPRAM Nº 3.965/09 que aprovou a Norma Técnica NT - 01/2009 e seus anexos que dispõe sobre o Gerenciamento de Risco no Estado da Bahia; 2. Apresentação de processo com pedido de vista na 392ª Reunião Ordinária e dos processos apreciados nas 20ª e 21ª Reuniões da CT Recursal, realizadas em 07/07/2017 e 04/08/2017; 3. Apresentação sobre as mais recentes ações adotadas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEMA e pela Secretaria Estadual de Saúde - SESAB no tocante à contaminação por chumbo no município de Santo Amaro; 4. Apresentação do INEMA sobre o desmatamento no Extremo Sul da Bahia; 5. Apresentação e discussão de minuta de lei para alteração da Lei Estadual nº 10.431/06, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia que tem por objetivo a inclusão de dispositivos, visando à proteção da fauna silvestre. O Presidente do CEPRAM, Secretário Geraldo Reis (SEMA), deu início a reunião tão logo foi verificada existência de *quorum* regimental solicitando a inversão da ordem da pauta e foi decidido que, após apreciação da Norma Técnica de Gerenciamento de Riscos, seria feita apresentação sobre a alteração da Lei Estadual nº 10.431/06. Severino Agra (UFBA) entregou 02 (duas) propostas de matérias para serem analisadas no CEPRAM, explicando que esses documentos visam suprir uma lacuna que o Conselheiro verificou na legislação estadual: a primeira versa sobre a necessidade de que as anuências sobre o licenciamento ambiental de competência do IBAMA serão apresentadas previamente ao conhecimento do CEPRAM; a segunda é referente à inclusão de requisitos estabelecidos pelo CEPRAM no cadastro estadual de atividades potencialmente degradadoras que está sendo subutilizado. Mariana Mascarenhas (SEMA) informou que esses documentos serão encaminhados para as Câmaras Técnicas competentes, assim como demais documentos entregues anteriormente pelos Conselheiros. Renato Cunha (GAMBA) solicitou 01 (um) minuto de silêncio pela morte do quilombola Binho de Simões Filho, bruta e assassinado. Após essa reverência, Aurinézio Calheira (COFIC), Coordenador da Câmara de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CTPPDS que analisou o Processo de alteração da Norma Técnica de Gerenciamento de Riscos fez uma breve contextualização do surgimento dessa Resolução na ocasião do licenciamento de operação do Pólo e das alterações propostas desde a reunião do CEPRAM em que foi verificada a necessidade de sua adequação até o envio do texto para análise da CTPPDS após aprovação pela equipe técnica do INEMA. Em seguida,

38 Jaime Lima, especialista na área, fez uma apresentação sobre a regulamentação do
39 gerenciamento de risco no Brasil e no mundo, além de explicar detalhes do trabalho de
40 revisão da resolução CEPRAM. Mariana explicou que a apresentação feita por Jaime
41 também ocorreu em 01 (uma) das 02 (duas) reuniões da CTPPDS que trataram desse
42 assunto junto à equipe técnica do INEMA. Luiz Galvão (SINDIBRITA) chamou atenção para
43 que essa resolução deixasse claro que, a norma em questão, se refere às atividades ou
44 empreendimentos que manuseiem determinados produtos e Mariana explicou que esse foi
45 um cuidado que a CTPPDS teve ao analisar o documento, estando bem delimitada a
46 abrangência da Normatização. Daniel Barreto (GAMBA) questionou o fato dessa Norma não
47 ter passado pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos – CTAJIN para análise jurídica e
48 lembrou que há 04 (quatro) anos essa câmara não se reúne. Mariana explicou que a matéria
49 não foi encaminhada para a CTAJIN pela CTPPDS porque os membros dessa CT
50 verificaram que as alterações sugeridas estavam em âmbito técnico e não no âmbito legal,
51 mas que se houvesse a compreensão da plenária quanto à necessidade de um parecer da
52 CTAJIN que poderiam remeter a matéria à mesma. Aurinézio esclareceu que não estavam
53 apreciando uma nova Norma, apenas estavam sendo feitos ajustes de ordem técnica que
54 foram bastante discutidos com as equipes técnicas e da Procuradoria Jurídica – PROJUR
55 do INEMA, fala reforçada por Márcia Telles, Diretora Geral do INEMA. Geraldo Reis
56 ressaltou que, se estiverem ocorrendo problemas com o funcionamento da CTAJIN, isso
57 deveria ser apurado posteriormente por ser uma questão estrutural e de funcionamento do
58 CEPRAM, mas que se não houvesse nenhum questionamento de ordem legal ou jurídica
59 não havia motivos para se retirar a matéria da pauta desta reunião. Diante dessa questão, o
60 Presidente submeteu à plenária a decisão quanto a manutenção da matéria em pauta ou o
61 seu envio para análise da CTAJIN e, por 09 (nove) votos favoráveis pela análise naquele
62 momento, 04 (quatro) contrários a análise e envio à CTAJIN e 02 (duas) abstenções, a
63 plenária decidiu por continuar a análise do documento. Por fim, a alteração da Resolução
64 CEPRAM Nº 3.965/09 que aprovou a Norma Técnica NT - 01/2009 e seus anexos que
65 dispõe sobre o Gerenciamento de Risco no Estado da Bahia foi aprovada por 12 (doze)
66 votos a favor, 05 (cinco) votos contrários e 01 (uma) abstenção. Em seguida, Sara Alves
67 (INEMA) fez apresentação sobre as alterações da Lei Estadual nº 10.431/06, que dispõe
68 sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia que
69 tem por objetivo a inclusão de dispositivos visando a proteção da fauna silvestre. Explicou
70 que a proposta é incluir alguns artigos que dão competências específicas à gestão da fauna
71 ao INEMA, à SEMA e ao CEPRAM. Explicou que essas alterações foram possíveis e
72 necessárias à partir da Lei Complementar nº 140/2011 que repassou novas competências
73 aos Estados, o que gerou um movimento dentro dos órgãos responsáveis para que
74 pudessem acomodar tal demanda. Daniel Barreto reafirmou que a SEMA continua decidindo

75 sobre Políticas Públicas à revelia do Conselho e apontou falhas no texto enviado aos
76 Conselheiros como erros de numeração, o fato de ignorar competências dadas ao CEPRAM
77 como a sugestão do inciso XII do Art. 1º que confere competência de normatização ao órgão
78 executor, competência exclusiva do CEPRAM. Sugeriu, ainda, que a lista vermelha dos
79 animais em extinção fosse incluída como um dos instrumentos de proteção da fauna
80 silvestre no Art. 133. A fala de Daniel foi reforçada pelo Conselheiro Severino que concluiu
81 solicitando que qualquer nova lei e regulamentação seja, primeiramente, aprovada pelo
82 CEPRAM para depois ser publicada. Sabrina (SINDIPACEL) fez questionamentos quanto à
83 forma como empresas privadas possam se envolver com a implementação da Política no
84 que se refere ao cadastro de áreas para soltura, pois muitas empresas já possuem áreas de
85 conservação como RPPNs e fazem grandes trabalhos de monitoramento da biodiversidade.
86 Também demonstrou interesse que empresas privadas possam integrar a rede de
87 informações sobre a fauna de que trata a Seção V. Sara explicou que existem
88 normatizações que são de competência do CEPRAM e àquelas de responsabilidade do
89 INEMA sob forma de portarias do órgão. Informou que realmente houve engano quanto à
90 numeração, mas que isso será corrigido. No que se refere aos procedimentos para o
91 cadastro das áreas de soltura, Sara comentou que qualquer interessado pode se Cadastrar.
92 Explicou que são publicadas portarias do INEMA determinando como deve ser feito o
93 cadastramento das áreas de soltura, além de ser necessária vistoria do INEMA para
94 verificação da área. Referente ao banco de dados de fauna reforçou a necessidade de que
95 toda instituição, pública ou privada, que tenha esse tipo de informação disponibilize-as no
96 sistema do banco de dados que ainda está sendo ajustado técnica e legalmente. Lembrou
97 que o estudo que determinou as áreas prioritárias para conservação na Bahia foi feito sob
98 coordenação da Superintendência de Estudos e Pesquisas da SEMA (SEP/SEMA) em
99 parceria com a *World Wide Fund for Nature* – WWF. Esclareceu que esse trabalho, que já
100 foi apresentado por 02 (duas) ocasiões ao CEPRAM, envolveu uma série de dados,
101 inclusive de cobertura vegetal e que logo deverá ser publicado o mapa que apontará essas
102 áreas independentemente de serem áreas públicas ou privadas. Márcia Telles informou que
103 a equipe técnica entendeu que a lista vermelha não deveria ser compreendida como um
104 instrumento da Política, mas que está incorporada nas atividades cotidianas do INEMA,
105 entretanto analisarão essa solicitação de inclusão com mais cuidado. Geraldo Reis lembrou
106 que essa proposta de alteração da Lei não está sendo submetida à aprovação do Conselho,
107 entretanto reforçou a importância desse momento de diálogo com o Conselho para
108 aprimorar o documento, passando, em seguida, para a apresentação sobre as ações
109 adotadas pelo INEMA e a SESAB quanto à contaminação por chumbo no Município de
110 Santo Amaro. Mariana Mascarenhas lembrou que esse assunto já foi abordado em reuniões
111 anteriores e que a proposta, nesse momento, é visualizar quais ações estão em andamento



112 atualmente. Letícia Nobre (SESAB) e Aline (INEMA) apresentaram o histórico dessa
113 contaminação, causas e conseqüências para a população, ações já realizadas e as que
114 estão sendo feitas para diminuir esse problema. Renato Cunha ressaltou a importância da
115 apresentação dessa questão que é emblemática para a Bahia e para o CEPRAM devido aos
116 passivos e falta de gestão pública nas áreas social, ambiental e de saúde. Reforçou, em sua
117 fala, a compreensão de que houve grande irresponsabilidade por parte da empresa ao não
118 cumprir os compromissos assumidos e não prestar a assistência necessária à população da
119 região e ao meio ambiente como um todo. Por todas essas razões, sugeriu que seja
120 encaminhado um planejamento para dar respostas objetivas aos problemas existentes e,
121 também sugeriu a criação de um grupo de trabalho para monitorar essa questão. Por fim,
122 passou a palavra para o Sr. Adailson, morador de Santo Amaro e ex-trabalhador da fábrica
123 de chumbo, que relatou como a população vem convivendo com essa situação, deixando
124 claro o sentimento de pertencimento que experimentam e também as muitas dificuldades
125 diárias. Em seu depoimento pediu que os conselheiros refletissem sobre as diversas vidas
126 que se foram e as muitas que estão por ir em silêncio porque não há medicação. O Sr.
127 Jackson Reis, outro morador de Santo Amaro de 29 (vinte e nove) anos de idade, explicou
128 que nunca trabalhou na empresa e que reside há mais de 02 (dois) quilômetros de distância
129 do local do vazamento, mas foi diagnosticado com hiperparatireoidismo secundário por
130 metais pesados e que a estrutura de seus ossos hoje são equivalentes a de uma pessoa de
131 60 (sessenta) anos. Emocionou-se ao dizer que o Governo Municipal vem se ausentando e
132 ao pedir a interferência do conselho e do Governo Estadual pela vida de 60 (sessenta) mil
133 habitantes de Santo Amaro e agradeceu a oportunidade. Miguel Accioly (UFBA) chamou
134 atenção para a necessidade de que as ações sejam realmente integradas e sugeriu que o
135 Grupo sugerido por Renato Cunha tenha também esse papel de integração. Lembrou que,
136 além de Santo Amaro, Ilha de Maré experimenta uma situação muito parecida de
137 contaminação que se arrasta desde a década de 70 sem respostas substanciais e
138 integradas. Luiz Galvão comentou que estão olhando exclusivamente para as
139 conseqüências do problema e que é preciso se atentar, também, para as causas. Recordou
140 que, na ocasião em que houve a análise desse processo, uma empresa Argentina estava se
141 dispondo a tratar a escória por lixiviação para, depois, retirar o chumbo dessa localidade,
142 mas que a proposta foi rejeitada pela plenária do CEPRAM em 2007. Geraldo Reis sugeriu
143 que o grupo de trabalho tenha no máximo 04 (quatro) representantes e que busque
144 pragmatismo no sentido de se apontar alternativas reais e exeqüíveis, porque essa questão
145 e a dimensão da atuação necessária extrapolam a SEMA, o INEMA, a SESAB e próprio
146 Governo do Estado. Reforçou que busquem situações semelhantes no país e no mundo e
147 também as formas exitosas de enfrentamento, pois de outra forma continuará havendo
148 fiscalizações, notificações e trabalhos acadêmicos sobre o tema e não passará disso.

149 Marcos Machado (INEMA) explicou que a apresentação feita por Aline foi compilada devido
150 à enorme quantidade de informações sobre Santo Amaro que estão sistematizados.
151 Chamou atenção ao fato de que muitos outros dados se perderam ao longo do tempo,
152 inclusive pelas inúmeras mudanças de gestão municipal, estadual e até do poder judiciário.
153 Lembrou de algumas reuniões que teve com a empresa e que a contaminação não está
154 restrita ao sítio da empresa, ou onde a escória foi usada para pavimentação de reais, isto
155 porque a empresa dispunha de uma chaminé que expelia resíduos de chumbo e cádmio,
156 tudo isso dificulta muito que seja estabelecido o raio de isolamento e proteção da população
157 à contaminação. Aline explicou que a empresa não encontrou nenhuma outra interessada
158 em tratar essa escória. Atualmente existem 40 (quarenta) pontos de monitoramento pela
159 cidade que deverá ser expandido para 50 (cinquenta). Severino rememorou que
160 acompanhou essa questão desde o início e acredita que tenha sido a 1ª vez que o CEPRAM
161 teve uma atitude contundente ao fechar a fábrica. Para o Conselheiro a empresa deve
162 apresentar um plano imediato para a retirada da escória de toda a cidade. Carlos Café
163 (ACB) se mostrou estarrecido dessa problemática ainda estar sem solução e acredita que
164 montar um GT nesse momento é omissão. Letícia Nobre reforçou a necessidade de que
165 sejam tomadas decisões quanto à intervenção, pois vem se gastando muito com o
166 monitoramento e a resolução do problema sempre fica para depois. Mariana explicou que
167 não há *quorum* para que o GT seja formalizado, entretanto houve a indicação de
168 representante da SEMA, INEMA, SESAB, UFBA (Miguel Accioly) e GAMBA (Renato
169 Cunha), para ser validado com a plenária na próxima reunião. A reunião foi interrompida
170 para o almoço com o acordo de reinício às 14h30. Às 15h15 a reunião foi encerrada por não
171 haver *quorum* restando pontos da pauta à serem apreciados na próxima reunião ordinária.
172 Mariana informou que, em outubro, haverá reunião conjunta do CEPRAM/CONERH para
173 que haja apresentação do enquadramento dos rios das bacias hidrográficas dos rios
174 Paramirim e Santo Onofre, Salitre e Verde Jacaré. A reunião foi encerrada por falta de
175 *quórum*.

176 **Presidente:** José Geraldo dos Reis Santos

177 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas

178 **Conselheiros presentes:**

179 Laís da Cunha Maciel - SDE

180 Iraneide Leal Costa - SEAGRI

181 Pedro Souza Rocha - SEPLAN

182 Stenio Júnior - SEDUR

183 Letícia Nobre - SESAB

184 Célia Cavalcanti - IBAMA/MMA

185 Luis Fernando Galvão - SINDIBRITA

186 Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC

187 Sabrina de Branco - SINDPACEL

188 Luiz Carlos Café - ACB

189 Mariene Salatiel Oliveira - CETREL S/A

190 Alessandra Cotrim Reis - AIBA

191 Dhone Dognani – Sindicato dos Produtores rurais de Luís Eduardo Magalhães
192 Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Coaraci
193 Evilásio Silva Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara
194 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
195 Soraya Machado Torres – Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis
196 Jose Augusto Pinto de Queiroz – CREA-BA
197 Severino Soares Agra Filho – UFBA
198 Miguel da Costa Accioly – UFBA
199 Luiz Vitor Ernesto Marsala - CEPEDDES
200 Lucélia de Melo Berbert – Instituto Baleia Jubarte
201 Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira – PRISMA
202 Daniel Barreto – GAMBÁ
203 Renato Cunha - GAMBÁ
204 Miguel Accioly - UFBA
205 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil
206

Convidados:

207 Mariana de S. Pinho – INEMA
208 Sara Maria de Brito – INEMA
209 Ana Paula S. Monção – INEMA
210 Aline Santos de Almeida – INEMA
211 Adrianly Christina P. de Carvalho – INEMA
212 Edvardo Lima – INEMA
214 Marcela Lima Alves – INEMA
215 Jackson Reis – AVICCA
216 Francisco José dos Santos – AVICCA
217 Denise Matos – SDE
218 Larissa Cayres – SEMA
219 Iraneide Leal – SEAGRI
220 Ericka Costa Martins – SESAB/DIVISA
221 Luiz Araújo – SEMA
222 Marcos Machado - INEMA